

Resenha do artigo intitulado “Função social da família: responsabilização dos pais em decorrência do abandono afetivo”¹

Review of the article entitled “Social function of the family: blaming parents as a result of emotional abandonment”

Rodrigo Weber D’avila Valentim²

 <https://orcid.org/0009-0009-3127-5166>

 <https://lattes.cnpq.br/8150298147229525>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: psicologorodrigovalentim@hotmail.com

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Função social da família: responsabilização dos pais em decorrência do abandono afetivo”. Este artigo é de autoria de: Yuri Silva de Castro; Jonas Rodrigo Gonçalves; Danilo Costa. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, Ano 13, Vol. XIII, n.44, jan.-jul., 2022.

Palavras-chave: Abandono Afetivo. Dano moral. Função Social da Família.

Abstract

This is a review of the article entitled “Social function of the family: parental responsibility as a result of affective abandonment”. This article is authored by: Yuri Silva de Castro; Jonas Rodrigo Gonçalves; Danilo da Costa. The article reviewed here was published in the journal “Processus Magazine of Management, Legal and Financial Studies”, Year 13, Vol. XIII, n.44, Jan.-Jul., 2022.

Keywords: Affective Abandonment. Moral damage. Social Function of the Family.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Função social da família: responsabilização dos pais em decorrência do abandono afetivo”. Este artigo é de autoria de: Yuri Silva de Castro; Jonas Rodrigo Gonçalves; Danilo da Costa. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, Ano 13, Vol. XIII, n.44, jan.-jul., 2022.

Quanto aos autores deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um deles. Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos, então, um pouco sobre cada um dos autores.

¹Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores *Jonas Rodrigo Gonçalves* e *Danilo da Costa*. A revisão linguística foi realizada por *Érida Cassiano Nascimento*.

² Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus; Graduado em Psicologia pelo Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação (IBMR); Especialista em Psicologia Jurídica pela Universidade Cândido Mendes (UCAM); Especialista em Teoria Cognitivo Comportamental pelo Instituto Brasileiro de Hipnose (IBH).

O primeiro autor deste artigo é Yuri Silva de Castro. Bacharel em Direito pela Faculdade Processus, Brasília-DF. Advogado. Ex. estagiário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Ex. estagiário do Ministério da Saúde - DF e colaborador da Defensoria Pública do Distrito Federal. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/5289917440502820> e identidade internacional Orcid <https://orcid.org/0000-0002-4406-7376>.

O segundo autor deste artigo é Jonas Rodrigo Gonçalves. Graduado em Licenciatura Plena em Filosofia, Letras - Português e Inglês, Licenciatura em Sociologia; mestre em Ciência Política; doutor em Psicologia. Doutor em Psicologia (Cultura Contemporânea e Relações Humanas) pela Universidade Católica de Brasília (2019-2022). Mestre em Ciência Política (Direitos Humanos e Políticas Públicas) pelo Centro Universitário Euroamericano-DF (2008). Especialista em Letras (Revisão de Texto), em Educação e em Direito (Constitucional, Administrativo e Trabalhista). Possui Licenciatura em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Paulista (Unip). Possui Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília (2002), habilitando-se também à licenciatura plena em História, Psicologia e Sociologia (Portaria MEC 1.405/1993). Possui Licenciatura em Sociologia pela Universidade Paulista (Unip). É professor universitário, editor, revisor de textos e escritor. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696> e identidade internacional Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>.

O terceiro autor deste artigo é Danilo da Costa. Graduado em Licenciatura em Geografia; mestre em Educação; doutorado em andamento em Educação. Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Brasília (2022-2025), Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (2021). Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional; em Direito Administrativo; em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista. Licenciado em Geografia. Pesquisador. Editor. Professor universitário. Consultor do FNDE. Consultor da Unesco. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/9522717317530051> e identidade internacional Orcid <https://orcid.org/0000-0003-1849-4945>.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, Função social da família: responsabilização dos pais em decorrência do abandono afetivo, considerações finais, referências.

O artigo teve como tema a função social da família, com foco na responsabilização dos pais decorrente do abandono afetivo. Houve análise da possibilidade de responsabilização dos ascendentes em casos desse abandono. Além disso, estudou-se os institutos do Direito de Família e qual é a função social do núcleo familiar. Sua relevância jurídica diz respeito à responsabilização civil pelo abandono afetivo, além da relevância social, ao tratar da dignidade humana.

O tema deste artigo é “Função Social da Família: responsabilização dos pais em decorrência do abandono afetivo”. Foi discutido o seguinte problema: “É possível responsabilizar os pais por abandono afetivo?”. O artigo partiu da seguinte hipótese: “É possível responsabilizar os pais por abandono afetivo”.

Neste artigo, o objetivo geral foi: “Averiguar se o abandono afetivo pode ser responsabilizado”. Os objetivos específicos foram: “listar os institutos do Direito de Família”; “discutir acerca da função social da família”; “possibilidade da responsabilização por abandono afetivo”.

A temática da pesquisa contou com a seguinte justificativa: “Este trabalho é importante para um operador do Direito devido a responsabilidade civil por abandono afetivo; para a ciência, é relevante por abordar e valorizar a legislação vigente; agrega à sociedade pelo fato de preservar a dignidade da pessoa humana”.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa utilizada no artigo aqui analisado foi a modalidade “Teórica” e “Bibliográfica”. Além disso, este trabalho de revisão de literatura tem o tempo de três meses. Desse modo, foi realizado no primeiro mês o levantamento do referencial teórico; no segundo mês, a revisão de literatura e, no terceiro, a elaboração dos elementos pré-textuais e pós-textuais os quais integram a pesquisa. A forma qualitativa foi o tipo optado para elaboração do trabalho, para o qual os autores trouxeram e trataram de dados relacionados ao tema proposto nesta pesquisa. Dados estes que foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica de artigos científicos, sendo considerados os aspectos mais relevantes relacionados à temática dos autores originais.

Na primeira parte do desenvolvimento da obra, os autores sabiamente e objetivamente conceituam o que viria a ser família, ressaltando a importância do vínculo afetivo preexistente no conceito moderno, não cabendo mais a ideia de homem mais mulher e seus filhos como único tipo familiar, além de não ser mais necessário o fator biológico (consanguinidade) para constituição de tal grupo social. Aduzem o desenvolvimento social advindo desse segmento, responsável por educar, segurar e dar afeto aos integrantes.

Já na segunda parte do desenvolvimento, é trazido de forma solene, o papel da família ao transmitir aos indivíduos que dela fazem parte valores morais e culturais, o que afeta diretamente no sucesso pessoal e na convivência familiar saudável. Fala-se sucintamente na primazia da dignidade da criança e do adolescente e da importância do núcleo familiar saudável ao garanti-la, devendo ser o seu bem-estar a principal preocupação do grupo. Além disso, é mencionada a insuficiência dos bens materiais para suprir as necessidades dos jovens, sendo a parte afetiva de suma importância para o seu desenvolvimento, e, inclusive, reconhecido como princípio (princípio da afetividade).

Na terceira parte do desenvolvimento, os autores analisam, de forma contundente, que não existe previsão legislativa expressa acerca do princípio da afetividade, todavia é ele o garantidor de laços humanos mais fortes e, por isso, concretiza os demais direitos no ramo Familiar, sendo imprescindível à saúde psíquica, bem como à física dos indivíduos. É iniciado, nesta parte, também, o debate em relação à responsabilização dos pais para com os filhos, pois assumem deveres que preservam a subsistência, sendo o básico compreendido em saúde, moradia e alimentação. Contudo, o não cumprimento do princípio da afetividade traz danos à personalidade dos filhos, ou seja, consiste em negligenciar o dever de zelar pelo desenvolvimento moral, psíquico e físico destes.

Elucida-se astutamente na quarta parte do desenvolvimento que a falta de afetividade afeta os deveres paternos e maternos expressos constitucionalmente, e acarreta em prejuízos psicológicos irreparáveis. Com isso, há a conclusão de que, em casos de pais separados, o pagamento mensal de alimentos não se faz suficiente para atender a todas as demandas da criança, sendo vital a presença de ambos os pais em seu crescimento e desenvolvimento. Caso não haja o afeto demonstrado, é cabível a responsabilização civil do pai ou da mãe que abandona. Esta responsabilização tem como viés o ressarcimento e a reparação de danos gerados a terceiros, devido a um dever jurídico violado. Por fim, é inteligente a demonstração de que há entendimento do STF neste sentido.

Por último, na quinta parte do desenvolvimento deste brilhante trabalho, preconiza-se a lesão à dignidade humana causada pelo abandono afetivo dos pais para com seus filhos, e que, muitas foram as decisões judiciais favoráveis à indenização destes.

Como resultados, os exímios autores constataram, seguindo o caso concreto, que há a possibilidade de se responsabilizar os pais ao cometerem o ato de negligenciar a sua obrigação legal perante sua prole, sendo esta imprescindível ao seu desenvolvimento saudável. Neste sentido, apontam que há julgados favoráveis ao enaltecido.

Referências

CASTRO, Yuri Silva de; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; COSTA, Danilo da. Função social da família: responsabilização dos pais em decorrência do abandono afetivo. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, v. 13, n. 44, p. 24-43, 2022. Disponível em: <https://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/695>. Acesso em: 17 maio 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>. Acesso em: 13 ago. 2021.